

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

9,0

LINGUAGEM NÃO-VERBAL “LIBRAS”

Salete de Nardin Schantz

Orientador: Ilso Fernandes do Carmo

CAMPO NOVO DO PARECIS /2006

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

LINGUAGEM NÃO-VERBAL “LIBRAS”

Salete de Nardin Schantz

Orientador: Ilso Fernandes do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para obtenção do título de
Especialização em Psicopedagogia”.*

CAMPO NOVO DO PARECIS /2006

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -

AJES

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

“A Língua de Sinais é, nas mãos de seus mestres, uma linguagem das mais belas e expressivas, para a qual no contato entre si é como um meio de alcançar de forma fácil e rápida a mente do surdo, nem a natureza nem a arte proporcionaram um substituto satisfatório. É impossível para aqueles que não compreendem essa linguagem perceberem suas possibilidades com os surdos, sua enorme influência sobre a felicidade moral e social dos que são privados da audição e sua maravilhosa capacidade de levar o pensamento a intelectos que de outra forma ficariam em perpétua escuridão. Também não podem avaliar sua importância para os surdos. Enquanto houver dois surdos no mundo e eles se encontrarem haverá o uso de sinais”.

J. Schuyler Long

RESUMO

No decorrer deste trabalho, nota-se muitos preconceitos referentes à surdez ao longo da história. Estes podem ser de origem psicológica, filosófica, jurídica e religiosa. Os mesmos só foram parcialmente superados pela renovação cultural no período do renascimento que teve um reflexo positivo sobre nossa história, e foi o marco efetivo para a Educação Especial: a possibilidade de instruir e educar o surdo, por métodos e práticas pedagógicas apropriadas e levando em consideração o que ele é capaz, apesar de sua deficiência. Através das pesquisas, podemos afirmar que alguns surdos desenvolvem a língua escrita com êxito e muito próximo dos padrões de um falante nativo. Só que esse número é tão insignificante que não podemos generalizá-lo. Ao investigarmos nos deparamos com respaldo e apoio de uma família bem estruturada. Ser surdo é saber que pode falar com mãos e aprender uma língua oral-auditiva, através dessa, é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos, deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes. A diferença está no modo de aprender o mundo, que gera valores, comportamento comum compartilhado e tradições sócio-interativas, a este modo de vivência está sendo denominado de “cultura surda”. Nesta monografia, dissertar-se-á sobre a linguagem utilizada pelos surdos: a linguagem não-verbal, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e para tanto, no primeiro capítulo será relatada a educação do surdo ao longo da história e o segundo falará dos métodos utilizados para a educação destes. Espera-se que a leitura desse trabalho traga o conhecimento de vários fatores até então desconhecidos, que este sirva de norte a educadores e pais, bem como à comunidade em geral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO I.....	9
1 A EDUCAÇÃO DO SURDO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	9
1.1 O SURDO NO MUNDO ORIENTAL.....	10
1.2 O SURDO NO MUNDO GREGO-ROMANO.....	11
1.3 DOCUMENTOS DA ANTIGUIDADE CRISTÃ.....	12
1.4 DOCUMENTO DA IDADE MEDIEVAL.....	14
1.5 PERÍODO DA INVENÇÃO DOS MÉTODOS.....	14
1.6 PEDRO PONCE E GEROLAMO CARDANO.....	14
1.7 PERÍODO DA SELEÇÃO DOS MÉTODOS.....	16
1.7.1 CARLOS MIGUEL DE L'EPÉE E OS SINAIS METÓDICOS.....	16
1.8 SAMUEL HEINICHKE E O MÉTODO ORAL	20
1.9 PERÍODO DA EVOLUÇÃO DO MÉTODO ORAL	21
1.9.1 O CONGRESSO DE MILÃO (1880)	21
1.9.2 ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO.....	22
1.10 RESOLUÇÕES DO CONGRESSO.....	23
1.11 A EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL	27
1.12 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA POR SURDOS.....	29
1.13 ORTOGRAFIA.....	31
1.14 ARTIGOS.....	32
CAPITULO II.....	35
METODOLOGIA.....	35
2.1 MÉTODO MATERNO REFLEXIVO.....	35
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO	36
2.3 MÉTODO “PERDONCINI”	36
2.4 O MÉTODO VERBOTONAL.....	37
2.5 OBJETIVOS DO MÉTODO	37
2.6 RITMO CORPORAL E MUSICAL	37
2.7 COMUNICAÇÃO TOTAL.....	38
2.8 ABORDAGENS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO DO SURDO	38
2.9 AVALIAÇÃO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

As línguas de sinais das diferentes comunidades de surdos do mundo são, atualmente, objetos de novos olhares investigativo-antropológicos, educacionais, etc., mas a ênfase dos estudos continua se localizando nas descrições lingüísticas e psicolingüísticas.

Existem documentos nas quais revelam que, desde os tempos remotos, já existia certo interesse pela “forma gestual”.

Essa maneira tão estranha, para muitos ouvintes, de conversar sem som, fazendo movimentos no ar com as mãos, acompanhando as expressões corporais e faciais, às vezes chama a nossa atenção, quando nos deparamos com surdos comunicando-se.

A ausência da audição faz com que os surdos recorram a outros caminhos para desenvolver suas necessidades lingüísticas: a língua de sinais.

O estudo das línguas de sinais constitui atualmente uma disciplina da lingüística geral com objeto e métodos que lhe são próprios: a lingüística da língua de sinais. Foi a lingüística posterior ao modelo estruturalista que determinou as bases e deu legitimidade à inclusão da análise das línguas de sinais dentro do seu contexto de estudo.

As línguas de sinais são línguas naturais porque como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua

estrutura permitem a expressão de qualquer conceito: descrito, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto e abstrato, enfim permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano.

Por isso são porque dotadas de todos os mecanismos necessários aos objetivos mencionados, porém, econômicos e “lógicos” porque servem para atingir todos esses objetivos de forma rápida e eficiente e até de certo ponto de forma automática.

As línguas de sinais têm o mesmo status das línguas orais. Uma vez que se prestam às mesmas funções destas, têm uma organização interna que define seu conjunto de regras próprias, em todos os níveis lingüísticos.

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque utilizam-se de um meio ou canal visual- espacial e não oral- auditivo. Assim articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais.

LIBRAS é ou deve ser a língua materna dos surdos não porque é mais fácil ou menos complexas para os mesmos, mas sim porque, tendo o surdo bloqueios para a aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, eles só terão acesso a uma língua que não seja através do canal oral- auditivo.

Os surdos são pessoas como tal, são dotadas de linguagem assim como todos nós. Precisam apenas de uma modalidade de língua que possam articular, perceber e estimular seu potencial lingüístico, para atuarem na sociedade como cidadãos normais. Eles possuem o potencial, falta-lhes o meio. E a língua brasileira de sinais é o principal meio para os surdos “deslançarem”.

A língua de sinais não é universal, cada país tem a sua, resultante da cultura do grupo social que a utiliza.

A partir desse estudo torna-se importante refletir sobre a importância de vivenciar na escola a linguagem não-verbal, também da mesma forma, faz-se necessário rediscutir os modos de ensinar, as metodologias, pois a aquisição de

saberes, entre eles a língua assim como o desenvolvimento e a socialização dos indivíduos dependem da linguagem verbal e não-verbal: visual, sonora e gestual.

Este trabalho se propõe a uma reflexão sobre a importância da LIBRAS como primeira língua para os surdos, pois havendo uma aquisição sólida, o aprendizado da segunda também se torna mais fácil. Faz-se necessário a utilização da LIBRAS, que é uma língua tão completa como qualquer outra.

CAPITULO I

1 A EDUCAÇÃO DO SURDO AO LONGO DA HISTÓRIA

A surdez e a educação dos surdos, de acordo com Selva (1973) só passaram a ser objeto de estudo e experiência didática a partir da metade de 1500, com o monge espanhol Pedro Ponce, que desenvolveu algumas atividades educativas com os mesmos.

Surge espontâneo o questionamento: anteriormente, a essa data, o que acontecia com os surdos, qual era a sua posição social, jurídica, humana...?

A história da pedagogia dos surdos é dividida, por motivo de estudo em quatro períodos:

- a) Período das origens;
- b) Período da invenção dos métodos;
- c) Período da seleção dos métodos;
- d) Período da evolução do método oral;
- a) Período das origens:

Podemos incluir nesse período a Idade Antiga, a Medieval e os anos que antecederam a experiência de Ponce, na metade do século XVI. Nesse período, de modo geral, o julgamento (juízo) a respeito do surdo e sua educação é negativo; predominam nesse período opiniões erradas, que os pedagogos apresentavam como preconceitos:

- a) Preconceito psicológico - considerava o surdo incapaz de desenvolver seu cognitivo, já que faltava a audição, meio necessário para adquirir os conhecimentos; e a língua meio normal para que haja comunicação.
- b) Preconceito fisiológico - dado o fato que se considerava surdez e mudez como duas anomalias distintas e não como na maioria dos casos acontece que a mudez é uma consequência da surdez como um defeito no órgão fono-articulatório, de fato pensavam que os surdos tinham um nó na garganta que os impedia de articular as palavras.
- c) Preconceito jurídico - em vários grupos étnicos (hebraico, romano, árabe...) encontramos leis que consideravam o surdo louco, deficiente mental, portanto incapaz de responsabilizar-se por seus atos jurídicos. Os surdos tinham necessidades de estar sob a guarda de um tutor.
- d) Preconceito religioso - devido à falta de conhecimento médico considerava-se incapaz de chegar à fé.

Faremos a seguir uma análise nas fontes antigas, baseando-nos nas informações disponibilizadas por Selva (1973), onde podemos perceber que os surdos eram privados de seus ambientes familiares e social, sendo marginalizado:

1.1 O SURDO NO MUNDO ORIENTAL

- a) Hebreus - os surdos eram considerados irracionais, por isso não tinham obrigações perante a lei, de consequência suas orações, ofertas, aquisições de bens não tinham nenhum valor legal, mesmo o matrimônio não tinha as mesmas normas válidas para todos. Esta atitude negativa é comprovada por um manuscrito da comunidade hebraica que surgiu em Qumram entre I e II séculos depois de Cristo. Em tal documento lê-se: *“Nenhum homem que seja afetado por qualquer impureza humana deve entrar na reunião do povo de Deus... nenhum homem que seja afetado por enfermidade, aleijado, mutilado, cego, surdo, mudo, ou qualquer que seja o defeito físico”* (IQS a 1,22-23...11,34...5-6).

1.2 O SURDO NO MUNDO GREGO-ROMANO

Nestas civilizações tinha leis que mandavam eliminar o neonato que tivesse defeito ou anormalidade, porque tal indivíduo seria inútil para o Estado.

Encontramos na Tábua IV das Leis de Roma a prescrição que o pai como autoridade competente, devia prover a eliminação do filho que tivesse grave deformidade. Mas nestas prescrições drásticas não podemos colocar os surdos, já que a sua deficiência não é visível e, no aspecto externo é normal.

O surdo, contudo, não era excluído dos atos de injustiça, de crueldade e de abusos por parte dos povos gregos-romanos.

Na literatura grega encontramos algumas citações do problema da surdez: entre os mais notáveis estão Platão (429- 384 a.C.) na sua obra Cratilo em um diálogo entre Sócrates e Hermógenes, lê-se: *“se nós não tivéssemos voz nem língua e quiséssemos explicar um ao outro alguma coisa, não seríamos nós como surdos, procurando nos compreender com as mãos, com a cabeça e os outros membros?”* A mímica era considerada meio válido para a comunicação de idéias.

Aristóteles (384 - 322 a. C), faz uma comparação entre audição e visão e suas funções no desenvolvimento mental. A conclusão do grande filósofo grego é que os cegos têm possibilidades superiores, no que diz respeito ao desenvolvimento mental: *“entre aqueles que são privados de tais sentidos, os cegos são mais dotados do que os surdos”*.

Para Aristóteles, não existe dúvida, o sentido destinado da natureza a promover aprendizagem e o crescimento espiritual do homem, é a audição, que é por ele definido o sentido da disciplina. Contudo, Aristóteles não exclui e nem nega em absoluto a capacidade de aprendizagem e do desenvolvimento intelectual do surdo.

A literatura latina cita:

Plínio, o Velho (23 - 70) na sua História Natural, falando da arte da pintura em Roma, lembra o caso de Quinto Pedio, sobrinho do cônsul que tinha o mesmo nome. Aos tempos de Augusto e com a aprovação do imperador o rapaz

Quinto Pedio, que era surdo e mudo, foi iniciado na arte da pintura com ótimos resultados

Paulo Cornélio Celso (I d.C.), no âmbito da medicina, a única parte de seu tratado enciclopédico sobre artes que chegam até nós é um compêndio da escola de Ippocrate. Considera a mudez como doença da língua e da boca...

Guistiniano I (483 – 565 d.C.), imperador ao qual se deve o compêndio e a sistematização de direito romano no Corpus Jurisciuilis. Guistiniano recolhe, através dos séculos, a prática jurídica romana que tinha sentenciado sobre o surdo e mudo em geral comparando-o aos psicóticos.

Na legislação guistiniana são consideradas cinco classes de surdo e mudo:

- a) o surdo e mudo de nascença;
- b) o surdo e mudo pós- natal;
- c) o surdo e não mudo, o qual a surdez é natural;
- d) o surdo e não mudo, a qual a surdez é pós- natal;
- e) o mudo que não é surdo.

Para cada categoria a lei formula disposições particulares. No que diz respeito ao surdo de nascença, contemplada na primeira classe, a lei sanciona a privação dos direitos civis fundamentais, nestas limitações, previstas para o surdo no código de Guistiniano não se faz nenhuma menção sobre o direito de formar uma família. É inegável o preconceito jurídico feito ao surdo, tal preconceito durará ao longo da história.

1.3 DOCUMENTOS DA ANTIGÜIDADE CRISTÃ

No Novo Testamento lemos o texto em Marcos 7. 31- 37, no texto há expressões utilizadas por Marcos, onde surdo é dito “Kofós” como nos clássicos

gregos; para a palavra “mudo”, ao invés é usado o termo “Moghilalos”, que parece indicar uma dificuldade no falar.

Não poderíamos deixar de citar o trecho de São Paulo na sua carta aos Romanos 10, 17, onde ele fala que *“A fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo.”* Desse trecho surgiu o preconceito religioso que o surdo não pode chegar ao conhecimento da fé. Na interpretação feita fora do contexto histórico é vazia e sem valor.

São Agostinho (354 – 430) em suas numerosas obras trata os temas: ouvindo, voz, surdez e a mudes, a expressão dos pensamentos através dos gestos, mímicas dos surdos, a pantomima dos teatros, e também faz menção dos surdos que encontrou e conheceu.

No tratado de Magistko

“Nunca vistes como homens por meio de gestos quando falas com os surdos, e como os surdos sempre com gestos perguntam e respondem, ensinam e indicam, e dizem tudo o que querem? Segue que não só as coisas visíveis são expressas sem palavras, mas também os sons, os sabores e outras coisas semelhantes. De fato os mimos nos teatros interpretam e fazem entender só com os movimentos”.

São Agostinho esclarece sua opinião sobre os gestos das coisas como as palavras, e sobre a linguagem mímica dos surdos e mudos e dos mimos, como meio e ato de comunicar idéias e sentimentos. Escreve São Agostinho: *“retornando ao assunto dos surdos, esses expressam com o gesto sem palavras não somente aquilo que se vê, mas muitas outras coisas e quase tudo aquilo que podemos falar”.*

Estas citações mostram a atenção que São Agostinho deu ao surdo, a sua forma de comunicação com os gestos, mas, sobretudo um explícito reconhecimento de uma inteligência e de uma capacidade de desenvolvimento dos surdos.

Existe quem vai além e vê nas obras de São Agostinho a afirmação da educabilidade dos surdos. No entanto foi atribuído por vários autores entre os quais: Walther, Maurizio Hill e outros, um juízo negativo sobre o surdo.

1.4 DOCUMENTO DA IDADE MEDIEVAL

Os preconceitos continuam causando empecilhos e obstáculos ao desenvolvimento do surdo, seja no plano social, mas, sobretudo naquele da instrução.

A legislação de Guistiniano continua a valer como norma. As leis feudais, que em parte se inspiram nos costumes e tradições das populações bárbaras, no prever a exclusão do surdo dos privilégios feudais, têm o mesmo preconceito, misto é, a persuasão de que o surdo é um sujeito incapaz de ser instruído e sem possibilidades de desenvolvimento positivo além do crescimento físico.

É no baixo Medieval, depois do ano 1000 que nos documentos aparecem citações sobre a surdez e a mudez.

Citamos Dante (Dante 1265–1321) que na sua obra *Convívio* (*apud* Selva, 1973) faz considerações sobre a aquisição da ciência e da sabedoria, atividade que deve constituir a última perfeição da alma humana, mas esta perfeição pode ser impedida de chegar ao homem “verdadeiramente, escreve o grande poeta, desta nobilíssima perfeição muitos são privados por diferentes razões, que dentro ou fora do homem, tiram-no da possibilidade de aprender esta ciência. Dentro do homem podem existir defeitos e empecilhos, em uma parte do corpo ou da alma”.

1.5 PERÍODO DA INVENÇÃO DOS MÉTODOS

O fervor da renovação cultural no período teve o seu reflexo benévolo sobre a nossa história, em 1500 podemos registrar o fato sensacional “os mudos que escrevem, lêem e falam”, que é o marco decisivo para a escola especial, a instrução, a educação, e a revalorização dos surdos.

1.6 PEDRO PONCE E GEROLAMO CARDANO

Pedro Ponce de Leon (1510–1584) nasceu em Sahagúm, fez a sua profissão religiosa no Mosteiro Beneditino na mesma cidade, sucessivamente foi transferido para o Mosteiro de S. Salvação de OÑA, onde permaneceu até a sua morte, que se deu em 1584. Através de documentos da época se sabe que foi um ótimo monge. Dos mesmos documentos têm-se informação que ao mosteiro foram confiados a nobre família Velásco, dois meninos surdos, Francisco e Pedro Velásquez. Estes dois se apegaram de modo particular ao monge Pedro Ponce, tanto que o Abate incumbiu Pedro Ponce de educá-los.

Pedro ensinava primeiro a escrever o nome dos objetos que eram mostrados, em seguida fazia exercícios fono-articulatórios correspondentes às palavras escritas, tudo isso fazia com o auxílio dos sinais que era elemento integrante do seu método.

O trabalho de demutização iniciava com a escrita feita na presença do objeto, sugerindo a relação existente entre o objeto e a palavra escrita; em um segundo momento era o exercício da pronúncia da palavra, a qual era estimulada através da imitação das articulações orais correspondentes às letras escritas. Passando lentamente da mais fácil a mais difícil, vinha assim assegurada a pronúncia de todos os sons necessários para articular cada palavra e dar vida àquela expressão oral, que se considerava impossível ao surdo de nascença. Os dois momentos eram integrados com a mímica natural e como coadjuvante no processo intuitivo -objetivo, assim Pedro Ponce desenvolvia seu ensinamento.

Surge-nos espontâneo a pergunta na metodologia de Ponce: era presente a leitura labial?

Certamente que sim, não se deve admirar o fato que os documentos históricos não a descrevam, porque ela não é um ensinamento em si, com regras e procedimentos seguros, mas é sim uma habilidade que o surdo adquire observando com atenção os movimentos dos lábios e destes reconhece os fonemas, a palavra, a frase pronunciada. O procedimento de Ponce incluía observação e reconhecimento, e, portanto a leitura labial, que como componente do Método Oral, será diferentemente reavaliada. No mosteiro de S. Salvação de OÑA nasceu assim o método oral.

Gerolamo Cardano (1501-1576) foi um grande intelectual dos anos 500, matemático, médico, astrólogo e físico. Cardano teve um filho surdo, por isso, por experiência familiar e por sua versatilidade de estudioso ocupou-se da surdez, de mudez e dos surdos.

Em sua obra: “De Subtilitate” (l. XIV), falando dos mudos, afirma a relação existente entre surdez e mudez: “Aqueles que são surdos de nascença, são necessariamente mudos”.

Na sua obra *De Utilite Ex Adversis Capienda* (l. I cap. VII) distingue três categorias de surdos.

a) Alguns são surdos de nascença. Estes são necessariamente mudos, já que se aprende a falar ouvindo, de consequência aqueles que não podem ouvir não podem falar;

b) Outros se tornam surdos logo depois do nascimento, e não são diferentes dos primeiros;

c) Existem alguns que perdem a audição depois de aprendido somente a falar, ou quando aprenderam a ler e escrever. Ainda na mesma obra afirma: “a escritura se associa à palavra e este ao pensamento, mas isto não quer dizer que a escritura pode manifestar diretamente o pensamento, sem a mediação da palavra pronunciada”.

Concluindo, pode-se reconhecer sobre o plano teórico a feliz intuição de Cardano “que as noções utilizadas pela inteligência não são ligadas à palavra articulada e ouvida, se não por convenção, por isso essas noções podem ser associadas aos sinais percebidos pela visão”. Com isso Cardano afirma implicitamente a possibilidade da instrução dos surdos e sua capacidade de aprender.

1.7 PERÍODO DA SELEÇÃO DOS MÉTODOS

1.7.1 CARLOS MIGUEL DE L'EPÉE E OS SINAIS METÓDICOS

Carlos Miguel De L'Epée nasceu em Versailles (França) em 1712 e morreu em Paris em 1789.

Em 1753 iniciou o seu trabalho de educação dos surdos, devido a um encontro casual com duas surdas gêmeas, as quais foram impossibilitadas de completar os estudos devido à morte de seu professor, o padre Vanin. O abade De L'Epée decidiu de continuar o trabalho de Vanin. Estudou o método utilizado pelo seu predecessor, incorporou a cultura dos surdos com paixão e dedicação, tornando-se o apóstolo e pai dos surdos.

A escola de paris foi reconhecida oficialmente por Luís XVI em 1778, mas somente em 1789 se tornou Instituto Nacional dos Surdos. O método epeano pode-se conhecer através de sua obra publicada com o título: “Educação dos surdos por meio dos sinais metódicos”. A obra tem por objetivo defender e esclarecer o método de ensino depois de anos de estudo e de aplicação do mesmo na escola de Paris. Ela é dividida pelo autor em três partes assim resumidas pelo próprio autor na introdução:

a) A primeira parte ilustra os passos através das quais se obtêm a formação dos surdos;

b) A Segunda parte De L'Epée indica os procedimentos de ensino dos surdos, segundo os sentimentos de Bonet e Amman e os resultados das próprias experiências;

c) Na terceira parte estão recolhidos documentos relacionados à controvérsia com Samuel Heiniche.

Quais idéias induziram De L'Epée a dar preferência a um sistema fundado sobre os sinais e o guiaram a estruturar a sua metodologia?

Como os outros educadores, De L'Epée se fundamenta na “vicariedade sensorial”, colocando-a, porém em um contexto de reflexão e de convicções pessoais, que constituem a base da original técnica metodológica da escola de paris.

“As palavras de nossas línguas não estão relacionadas com as idéias que representam, senão por um vínculo arbitrário e convencional, de conseqüência este vínculo pode estabelecer-se tanto entre as idéias e a palavra quanto entre as idéias e as escrituras”, e, portanto uma educação que por via acústica era impossível, como no caso dos surdos, podia realizar-se através do sentido da visão. Este raciocínio de De L’Epée não tinha como objetivo direto justificar a relação idéia-escrita, mas sim reavaliar a relação idéia- linguagem de sinais mímicos; este novo instrumento de comunicação vinha por si como intermediário no jogo da associação da escrita com objetivo e com a sua representação mental e com a fundamentação no processo mental.

De L’Epée fez uma segunda reflexão, essa também para justificar a escolha do método de sinais, partiu da constatação de que quando os surdos chegam na escola já possuem um certo patrimônio de sinais. Estes representam a linguagem materna e no âmbito da escola, é o primeiro meio de comunicação entre o professor e o aluno. Argumentação decisiva que convenceu o educador francês que a sua escolha era lógica, lhe foi oferecida da evidente economia de tempo que se obtinha aplicando o método de sinais.

Se a “linguagem ação” que o De L’ Epée se propunha de dar aos surdos, devia ser tal para poder traduzir integralmente, era uma língua escrita, não podia absolutamente configurar-se na linguagem mímica, criada pelos surdos para suprir suas necessidades, dado que esta linguagem ação possui uma escassa nomenclatura, é limitada na estrutura frasal, com fundamentos psicológicos que não se enquadram no padrão da normalidade.

Viu-se necessária a intervenção da escola para enriquecer essa linguagem e aperfeiçoá-la a ponto de transformá-la em um instrumento de comunicação completo, preciso, orgânico; a tal ponto de poder equiparar-se com a estrutura das línguas convencionais como léxico, as flexões gramaticais, os meios lógicos, todos os aspectos morfológicos. Com esta linguagem devia conduzir o surdo a inteligência dos equivalentes escritos, com o objetivo de pô-lo em comunicação com a sociedade dos falantes. O abade De L’Epée reduziu a precisões os sinais radicais e acrescentou aqueles sinais que equivaliam a todas as convenções gramaticais, reduziu os seus sinais metodológicos a ponto de poder traduzi-los em qualquer língua. Para suprir os elementos morfológicos que a língua de sinais não

possuía, De L'Epée acompanhava os sinais com o sinal apto que indicava a categoria gramatical, depois com outros sinais determinava seja o gênero, o número, o modo, o tempo, o sujeito, a pessoa com o objetivo de criar uma sintaxe para linguagem ação “ como aquela da língua francesa”.

A linguagem dos sinais metódicos, não pode ser confundida com a datilologia (utilização do alfabeto manual), devia traduzir qualquer expressão do francês escrito. As vias mestras, através das quais a metodologia “epeana” queria obter os seus objetivos, eram duas:

- a) O estudo do vocabulário - 1.800 palavras em um mês, 5.000 em três meses, assim por diante até o conhecimento de todo o dicionário francês;
- b) O estudo da gramática - que era limitado, ao conhecimento das categorias gramaticais e das variações de algumas destas.

De L'Epée adotou o alfabeto manual como um elemento natural, pois via no alfabeto manual a imitação da escrita, considerava-o um instrumento inadequado para exercer a função de intermediário entre as idéias e a escrita, todavia era útil.

O educador francês e sua escola utilizaram também o ensinamento da articulação como parte secundária e complementar e, limitadamente imperativa, na educação de indivíduos surdos que tinham um bom resíduo auditivo. Existe um escrito De L'Epée sobre a articulação, “L' art d'enseigner a parler auxiliair sourds-muets de naissance, publicado aos cuidados de Sicard em 1820 com objetivo de oferecer às famílias um auxílio para desenvolver nos pequenos surdos a articulação e aprender a ler em alta voz”.

No que diz respeito ao método oral, o educador francês proferiu juízos positivos, afirmando-o como único meio para restituir totalmente o surdo à sociedade, aquele de ensinar-lhe “a ler com os olhos e a exprimir-se com a palavra viva.”

Reconhecia a validade do método oral, mas por razões e juízos práticos o aconselhavam a continuar o ensinamento com os sinais e tinha a convicção de Ter feito a escolha melhor.

1.8 SAMUEL HEINICHKE E O MÉTODO ORAL

Samuel Heinichke nasceu no povoado de Nautschutz de Weissenfels em 1729 e morreu em Lisboa em Lipsia em 1790.

Em Bresda, lhe foi confiado um aluno surdo, que instruiu com a escrita e com a palavra segundo o método dell' Amman, que editou em 1700, a obra "o surdo falante". A experiência deste ensinamento não comum foi aplicada mais vezes, da Heinichke com resultados sempre mais satisfatórios. O príncipe Frederico Augusto de Sassonia o enviou para fundar uma escola para surdos em Lisboa, que foi reconhecida pela autoridade civil em abril de 1778, poucos meses antes do reconhecimento daquela de Paris (12/1778).

O método Heinichke é aquele utilizado e praticado da Banet da Wallis e em particular da Amman: método oral onde a única novidade que foi introduzida foi o uso das sensações gustativas, que consistia em tocar a língua do aluno com diversas substâncias.

Na prática de ensino de Heinichke, em um primeiro momento, a palavra escrita foi considerada o principal meio para o ensino dos surdos, em um segundo momento a palavra viva se tornou a base de todo o seu trabalho escolar.

Arnold resume as características do pensamento de Heinichke nos seguintes pontos:

- a) O conhecimento de um objeto é precedido pela sua denominação. A educação dos surdos deve iniciar de instrução intuitiva;
- b) Um ensino eficaz é possível somente com a língua falada.
- c) Aprendizagem da palavra que normalmente depende da audição, é possível só com a substituição de um outro sentido;
- d) O surdo pode pensar por sinais mímicos e por imagens, mas é um modo confuso e indeterminado, logo os conceitos assim adquiridos não são duráveis;

e) Pode-se adquirir conceitos com a escrita e com esta ajuda o surdo pode registrar um certo progresso na aprendizagem, mas este processo é lento e os conhecimentos adquiridos de tal maneira têm caráter “labile”.

f) O alfabeto manual é útil somente para a combinação das idéias entre elas.

g) O surdo pode compreender a língua falada através dos movimentos dos lábios;

h) Uma vez que o surdo aprendeu a língua falada, deve usá-la sem utilizar os sinais.

Resumindo, para Heinichke, a palavra falada é o meio fundamental para o ensino dos surdos, o alfabeto manual e a escrita têm um papel secundário.

Falando de reforma de Maurício Hill (1805–1874) Arnold o considera o maior de todos os educadores dos surdos, e o autor Fomati o considera o segundo fundador do método alemão oral sem comprometer-se com o alfabeto manual ou com os sinais: o puro método alemão, como foi chamado.

1.9 PERÍODO DA EVOLUÇÃO DO MÉTODO ORAL

1.9.1 O CONGRESSO DE MILÃO (1880)

O congresso de Milão é considerado o fato que resolveu aquela tensão existente entre os métodos, pode-se considerá-lo como um estímulo se o observamos na perspectiva do desenvolvimento do futuro.

“As resoluções do congresso de Milão, observa Ferreri na sua obra *Desenho Histórico*, constituem o ponto de partida do trabalho para melhoramentos e dos muitos estudos que se fizeram depois de 1880, com o objetivo de aperfeiçoar o método oral”.

1.9.2 ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Foi o representante italiano, ao Congresso Internacional de Paris, Serafino Balestra, a obter que o sucessivo congresso Internacional dos educadores dos surdos se realizasse na Itália em 1880.

Os Congressistas de Paris, em 1878, elegeram uma comissão, composta por dez membros, que deveria elaborar uma programação dos trabalhos e das convocações.

A comissão organizou o futuro congresso em quatro partes:

- 1) Organização escolar;
- 2) O ensino;
- 3) Os métodos;
- 4) Questões particulares.

Nos vinte e seis artigos que compuseram o programa, somente uma mínima parte foi discutida em Milão porque na cidade já existiam duas escolas oralistas.

O congresso realizou-se nos dias seis até onze de setembro de 1880, foi presidido por D. Júlio Larra, e pelo professor Pasquale Fornari, como secretário geral, coadjuvados por representantes de várias nacionalidades:

Alemanha representada por Treibel Di Berlino e Hugentobler

Inglaterra representada por Kinsey de Londres

Estados Unidos – Lewis Peet de New York;

França – Houdin de Paris

Itália – Padre Marchio de Siena e Lazzeri de Lorim

Participaram do congresso cem italianos (a metade eram professores), cinquenta franceses, dez ingleses, quatro americanos e dois alemães.

1.10 RESOLUÇÕES DO CONGRESSO

A primeira resolução votada foi a respeito do método: “O Congresso, considerando sem dúvida nenhuma, a superioridade da palavra sobre os sinais para reintegrar o surdo na sociedade e oferecer-lhe um perfeito conhecimento da língua, declara que deve preferir o método oral àquele de sinais para a educação e ensino dos surdos”.

A resolução, posta a votação teve aprovação quase unânime, 106 votos a favor, e 4 contra, dos quais os dois americanos Gallaudet e Peet.

A Segunda questão presa em exame encontrou divergentes opiniões, porque era o ponto crucial devendo estabelecer o papel do ensino da palavra articulada. O método oral do qual se foi reconhecida com solenidade a superioridade sobre os sinais, devia excluir de maneira absoluta os sinais ou devia co-existir na prática de ensino?

A primeira alternativa, método oral puro, era sustentada pelos oralistas que não admitiam compromissos, afirmavam a adoção do método oral puro como consequência lógica da primeira resolução do congresso.

A segunda alternativa, método oral misto era defendido por quem pretendia utilizar os sinais ao início da educação com o objetivo de suprir, em caráter provisório a comunicação oral, como meio de apoio para a compreensão da palavra escrita e falada.

Venceu o método oral puro e a segunda resolução, votada no dia nove de setembro de 1880, assim foi expressa: “O Congresso, considerando que o uso simultâneo da palavra e dos sinais causa grande desvantagem à palavra e à leitura labial como também à organização das idéias, declara: Deve-se preferir o método oral”.

A terceira resolução foi: “O congresso, considerando que grande número de surdos não é beneficiado com a educação, e este fato devido à baixa familiar e também aos poucos recursos das escolas, faz votos: que a educação seja garantida para todos os surdos, e que o governo seja tutor dessa garantia”.

A quarta. O congresso considerando que o ensino dos surdos falantes, por meio do método oral, se deve aproximar o mais possível aqueles dos ouvintes, declara:

a) Que o meio mais natural e mais eficaz no qual o surdo falante adquirirá o conhecimento da língua, é o método objetivo, aquele que consiste em indicar primeiro com a palavra e depois com a escrita os objetos e fatos presentes aos alunos;

b) Que no primeiro período dito materno precisa orientar o aluno às observações das formas gramaticais por meio de exemplos e de exercícios práticos coordenados, e no período sucessivo, se deve habituá-la a deduzir de tais exemplos os preceitos gramaticais expressos com a maior simplicidade e clareza possíveis;

c) Que os livros escritos com palavras e formas lingüísticas conhecidas pelos alunos possam ser oferecidos a eles.

A Quinta resolução: “O congresso considerando a falta de subsídios para o desenvolvimento graduado e progressivo da língua faz votos: Que os professores ensinem a língua oral e esperem a publicação dos livros especiais”.

A Sexta resolução: “O congresso, considerando os resultados abolidos por meio de muitas experiências feitas com surdos de todas as idades e de todas as condições, os quais, mesmo que tivessem deixado a escola há muito tempo, interrogados sobre as diversas matérias respondam com exatidão e com suficiente clareza na articulação e leiam os lábios de seus interlocutores com facilidade, declara”:

a) Que nas conversações com os ouvintes eles se sirvam exclusivamente da palavra;

b) Que a palavra e a leitura sobre os lábios se desenvolvam com o exercício.

A sétima resolução: O Congresso, considerando do que o ensino aos surdos através da palavra tem particulares exigências, declara:

a) Que a idade mais adequada para que o surdo ingresse na escola é de 8 aos 10 anos;

b) Que a duração dos estudos deve ser de 7 anos no mínimo é 8 anos normalmente.

c) Que o professor não pode ensinar eficazmente com o método oral tendo mais de 10 alunos.

A oitava resolução: O congresso considerando que a aplicação do método oral puro nas escolas, aonde este não é ainda em rigor deve ser prudente, graduada e progressiva, se não corre-se o perigo de causar danos, por isso adverte:

a) Que os alunos com ingresso na escola, formem uma classe à parte, na qual o ensino seja dado por meio da palavra;

b) Que estes alunos sejam absolutamente separados dos outros surdos que por se encontrarem adiantados no estudo não possam ser educados com a palavra, e a qual formação completará com os sinais.

c) Que cada ano seja instituída na escola uma nova classe de palavra até os alunos educados com o método de sinais tenham encerrado a sua educação.

Concluindo, a escolha do oralismo bem qualificado em 1880 foi histórica: o método oral, mesmo que não tenha sido universalmente aceito, eficazmente aplicado e plenamente convincente pelos resultados obtidos, ganhou um espaço de credibilidade no ambiente pedagógico impondo-se como o fundamental, senão o único instrumento idôneo a assegurar a recuperação e a reabilitação do surdo.

É óbvio que nem todas as indicações do congresso foram válidas, uma parte dessas sofreram correções, foram redimensionadas e integradas no desenvolvimento técnico e científico: se pensarmos a característica de “pura” dada ao método oral, a idade de ingresso na escola, a impostação analítica da demutização.

1905 - Congresso Internacional de Liegi – a cidade da Bélgica que viu acontecer dois congressos um oficial e outro denominado livre. Neste último foram discutidos problemas vitais; a preparação dos professores, criação das pré-escolas, a separação dos surdos dos cegos, e o ensino profissionalizante do surdo.

1907 - Congresso Internacional de Edimburgo – foi tratado um único argumento sobre os meios idôneos para obter um melhoramento nos resultados da escola e sobre a responsabilidade dos governos com relação à educação dos surdos.

Foi tratada a questão do ensino por via acústica ou auricular, já argumento no Congresso de Chicago e ainda foi ilustrado o sistema danes (Dinamarca) de classificação dos surdos, fundado sobre o rendimento escolar do aluno, onde os alunos eram designados a uma determinada escola com endereço oralista se o nível mental era bom ou discreto, e a uma escola de endereço mímica se de nível mental inferior:

1925 - Congresso Internacional de Londres, na verdade se chamou conferência internacional entre os professores dos surdos, entre os argumentos encontrados os tratados de utilização dos resíduos auditivos mediante o método acústico (MAX GOLDSTEIN), a reorganização do ensino da língua (THOLLON); o controle do Estado sobre a educação dos surdos (FERRERI), o falar rítmico (MICHLIS) e enfim, o ensino da articulação, segundo novos procedimentos e em particular, segundo o método Malisch (TAUBE).

1933 - Congresso Internacional de Trenton (U.S.A) aonde a escola italiana foi representada oficialmente por Júlio Ferreri, o qual exortou aos professores de especialização, a fazerem uma adequada cultura fonética e a aprofundar os próprios conhecimentos psicológicos.

Logo após o congresso, se realizou uma “Mesa Redonda” em Chicago, a qual por alguns aspectos teve mais ressonância, com a “globalização” na nossa didática e ensino do Conselho Internacional para a educação dos surdos, proposta por A. Hansen de Dinamarca e U. Kawamoto de Tóquio.

1950 - Congresso Internacional de Groninga (Holanda) foi o primeiro depois do conflito mundial. Os argumentos tratados foram; o ensino da palavra, assistência para os surdos em geral, o ensino da palavra nos seus aspectos psicológicos. O Congresso centralizou suas atenções no método global e uma utilização mais sábia dos novos meios de amplificação e visualização oferecidos pela técnica.

1958 - Congresso Internacional de Manchester; foi imponente pelo grande número de participantes de vários países. O Congresso evidenciou: a necessidade de colaboração entre médicos, pedagogos educadores, técnicos, autoridades sanitárias.

1963 - Congresso Internacional Washington, o tema central deste congresso foi sobre a educação do surdo, no aspecto de avaliação, na instauração com ele de uma comunicação receptiva e expressiva, adaptações curriculares e o ensino profissionalizante.

1970 - Congresso Internacional de Stoccolmo – além dos temas comuns como: evolução da linguagem, programas, ensino médio, o congresso discutiu sobre as perspectivas futuras da educação dos surdos, dos surdos com múltiplas deficiências, das responsabilidades da família e da situação dos surdos nos países subdesenvolvidos (p. 233).

Cabe finalmente perguntar o que a sociedade ouvinte tem realizado para permitir ao surdo o acesso à sua cultura e a cultura ouvinte, contribuindo para a inclusão do surdo na sociedade.

1.11 A EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL

No Brasil a educação do surdo é iniciada coma chegada do francês Ernest Huet em 1885, no Rio de Janeiro. Com sua chegada é organizada a escola para educandos surdos num momento social em que os mesmos não eram reconhecidos como cidadãos.

Apesar de muitas resistências, Huet apresenta em 1886, seu programa de ensino, fundando o Imperial Instituto de Surdos-Mudos.

E educação das pessoas surdas foi encerrada pela filosofia oralista que acredita na normalização, priorizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes, somente através da língua oral. Assim o surdo deve ser curado, corrigido, e recuperado.

Segundo este modelo:

“A pessoa deficiente precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc. A fim de ser adequada à sociedade como ela é sem maiores modificações”. (SASSAKI, 1997, p. 29)

Essa abordagem oralista defende o desenvolvimento de articulação das palavras, das habilidades, de leitura labial, desconsiderando a compreensão e a interpretação das relações com o meio social.

O Congresso de Milão teve caráter decisivo, onde os diretores renomados de escolas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e priorizar a palavra viva.

Facchini (1981, *apud* SKLIAR, 2003), argumenta que todas essas transformações foram produtos de interesses políticos, filosóficos e religiosos e não educativos.

Afirma ainda, que essa concepção cuja educação subordinada ao desenvolvimento da expressão oral enquadra-se com perfeição no modelo clínico terapêutico da surdez, valorizando a patologia e o déficit biológico.

Estudos realizados pela Universidade Gallaudet, 1972, revelaram que o nível de leitura dos surdos de 18 anos em escolas secundárias nos EUA era equivalente à quarta série. Essa realidade de fracasso é resultado de uma cumplicidade de representações sociais, históricos, culturais, lingüísticas e políticas.

No Rio de Janeiro sobre a Lei nº 839 no ano 1857 foi fundado o Imperial Instituto Surdo-Mudos que cem anos depois recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Cabe ressaltar que o INES desenvolveu uma educação literária e profissionalizante para meninos surdos-mudos com idade entre 7 a 14 anos.

No atendimento aos deficientes auditivos destacam-se o Instituto Santa Terezinha, que foi o precursor na integração do surdo na escola comum, sendo reconhecido como de utilidade pública em nível Federal, Estadual e Municipal.

IESP fundado em 1954, na cidade de São Paulo, escola especializada no ensino surdo-mudo.

No ano de 2002, a comunidade surda brasileira pôde comemorar uma grande vitória: a regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que reconhece como meio legal a comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Esse importante fato colaborou para a garantia dos direitos das pessoas surdas como cidadãos brasileiros.

A garantia dos direito de todos à educação, à propagação das idéias de integração das pessoas com necessidades especiais e o aprimoramento das próteses otofônicas fizeram com que as crianças surdas de diversos países passassem a ser encaminhadas para as escolas regulares. No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com necessidades especiais e surgiram as salas de recursos e classes especiais para surdos, além de algumas escolas especiais, como recursos públicos ou privados.

Outras reivindicações dos surdos na educação são: o respeito à língua de sinais, ensino de qualidade, acesso aos meios de comunicações e serviços de intérpretes e outros.

1.12 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA POR SURDOS

Como grupo minoritário, os surdos buscam na escolarização a expectativa de incorporação social e conseqüente conquista de direitos básicos à sua cidadania. Incorporar-se à escola na maioria das vezes significa, abrir mão de certos aspectos de sua identidade, assimilando formas da cultura dominante, como é o caso a língua. Os surdos apesar de pensarem e se expressarem, não têm seu conhecimento reconhecidos por fazerem-no de um modo diferente da maioria dos ouvintes alfabetizados, que vivem em uma cultura que valoriza o oral, que conhecem e usam a escrita, de maneira natural.

Nos termos de Freire (1982, p. 11) *“a leitura de mundo precede a leitura da palavra”*. Nesse sentido, as palavras e as outras estruturas do português só serão efetivamente apreendidas pelo surdo se, anteriormente, sua linguagem

permitir que ele estruture seu conhecimento e suas experiências. Como raramente o surdo pode fazer essa leitura do mundo através da fala do português, é imprescindível que outra fala seja a intermediadora nesse processo: a língua brasileira de sinais LIBRAS.

A língua de sinais é uma língua natural, com organização em todos os níveis gramaticais, prestando-se as mesmas funções das línguas orais. Sua produção é realizada através de recursos gestuais e especiais e sua percepção é realizada por meio da visão, por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial.

A importância de uma primeira língua na vida de um sujeito é fato indiscutível, uma vez que a mesma irá constituir-se em elemento fundador de seu psiquismo e de sua vida, em um dado grupo social. Os surdos constituem sua consciência através da língua de sinais, que é a modalidade da língua que permite o acesso natural à linguagem, desde que estejam interagindo significativamente, com usuários da mesma.

Para os surdos o aprendizado a língua portuguesa irá se processar como de uma língua estrangeira, pois exige ambiente artificial e aquisição sistematizada por meio de metodologias próprias. Além disso, muitas das sensações vivenciadas no processo de aquisição de uma língua estrangeira serão reforçadas negativamente, por haver uma limitação biológica que os impede de penetrar naturalmente, via audição, em sua estrutura gramatical.

Por decorrência disso são inúmeros os problemas enfrentados pelos surdos em seu processo de alfabetização, tendo em vista que seu aprendizado de uma Segunda língua no caso o português, se dá sem a que a maioria dos surdos tenham tido acesso à linguagem através de uma primeira língua, a língua de sinais.

Ao iniciarmos o estudo de uma língua estrangeira, a primeira sensação de um não saber absoluto. O sentimento de impotência que experimentamos se deve, em grande parte às inúmeras diferenças com as quais nos defrontamos em ordem alfabética, sintática, semântica, enfim, ao conjunto estrutural que caracteriza essa língua. O bloqueio é inevitável à medida que a produção de significações só nos parece possível se estivermos ancorados em nossa língua materna.

Estrangeiros que estão adquirindo uma segunda língua, cuja estruturação gramatical difere, consideravelmente de sua língua materna, apresentam dificuldades semelhantes às dos surdos em relação ao uso de preposições, tempos verbais, sufixação, prefixação, concordância nominal e verbal. Este fato ocorre independente destas pessoas serem ouvintes ou não.

Isso demonstra que não é apenas o fato de o surdo não receber informações auditivas que interfere nas suas práticas lingüístico-discursivas em português, mas, também o fato de sua língua fundadora, a língua de sinais, estar participando ativamente no processo de elaboração discursiva. Ela, portanto não pode ser desconsiderada ao elaborarmos qualquer juízo de valor em suas produções escritas.

Alguns surdos desenvolvem a língua escrita com êxito e muito próxima dos padrões de um falante nativo. Mas, esse número é tão insignificante que não podemos generalizá-lo. Na imensa maioria esse sucesso é decorrente do respaldo e apoio de uma família bem estruturada, oferecendo à criança surda experiências significativas com a linguagem e desenvolvendo uma pedagogia própria, paralelo àquela da escola, que extrapola as frases artificiais e descontextualizada sem significado.

A estruturação de sentenças escritas pelos surdos está denominada, por um lado, pela sintaxe e morfologia da língua de sinais, por isso apresentam-se distanciadas dos padrões exigidos para um falante nativo da língua portuguesa, por outro lado há evidências de uma inter-relação com as experiências não significativas com a língua portuguesa desenvolvidas pelos métodos, utilizados no processo educacional dos surdos.

A partir dos diferentes estudos já realizados nesse âmbito de dados colhidos em programas especializados na área. Podemos sistematizar algumas das principais características da escrita dos surdos.

1.13 ORTOGRAFIA

Geralmente, a escrita dos surdos apresenta boa incorporação das regras ortográficas, facilitada por sua excelente capacidade visual exceto nas

questões de acentuação, que dependem do domínio da tonicidade das palavras, e pontuação, por estarem diretamente vinculados à oralidade (entonação, ritmo, timbre etc.), ambos os processos dependem da audição. O que poderá acontecer é que, por memorizar as palavras em sua globalidade e não a partir de sua estrutura fonética, aconteçam trocas nas posições das letras, tais como:

Froi (frio)	barisl (Brasil)
Frime (firme)	perto (preto)

1.14 ARTIGOS

São omitidos ou utilizados inadequadamente, uma vez que os mesmos não existem em LIBRAS. Como a utilização dos artigos pressupõe o conhecimento de gênero (masculino/ feminino) por parte do falante, muitas vezes ele é utilizado de forma inadequada pelos surdos, tendo em vista não haver tal diferenciação entre substantivos, adjetivos e pronomes na LIBRAS. Além disso, é comum entre as metodologias para oralização jamais apresentar uma palavra a ser trabalhada sem o acompanhamento do artigo definido, o que leva os surdos a realizarem generalizações, inapropriadas.

Exemplo: A avião viajar o França Brasil.
Eu vi o televisão.

Elementos de ligação (preposições, conjunções, pronomes relativos entre outros): conforme Fernandes (1990) já havia constatado, o uso inadequado e a ausência de conectivos com as conjunções e preposições são um aspecto comum nas produções dos surdos, uma vez que são inexistentes em LIBRAS. Exemplo: Eu gosto não homossexual, só gosta tem diferente mulher fala tenho eu camisinha vai transar depois diferente esperma camisinha jogo de lixo.

Gênero: (masculino/ feminino) e número: (singular / plural) ausência de desinência para gênero e número em LIBRAS é um dos aspectos evidentes da interferência dessa língua na escrita, pois a concordância nominal inadequada é uma constante nas construções.

Exemplo: A minha mamãe faz uma bolo chocolate bom.

Eu vi televisão muito e pessoa tem AIDS.

Verbos: configuram uma situação interessante, pois, uma vez que se apresentam sem flexão de tempo, modo e pessoa na LIBRAS, isso causa interferência significativa na escrita. Por decorrência desta falta de flexão, há uma tendência dos surdos apresentarem os verbos em sua forma infinitiva na escrita.

Exemplo: Nós pego muito AIDS, precisar exame sague.

O ano do Penta ganhar camiseta Brasil.

Verbos de ligação: a omissão freqüente dos verbos de ligação como ser, estar, ficar, etc. Isto se deve à prevalência da LIBRAS na qual tal verbo é inexistente, fazendo com que ocorram em português construções atípicas. Exemplo:

Eu diferente cansado pé no calor.

O papai diferente doente gripe.

Flexão de tempo: na LIBRAS, o tempo é expresso através de relações espaciais: passado- para trás, futuro para frente e presente no espaço imediatamente á frente do corpo do locutor. Como tais noções são representadas por sinais isolados (antes, agora, hoje, amanhã, Quinta-feira,, domingo próximo, ano passado, depois) podem manifestar-se na escrita, basicamente em duas situações:

a) Através de enunciados que refletem essas noções exatamente como na LIBRAS. Exemplo:

Eu namorado com depois quero de limpo marido. Saúde precisa sempre médico bom.

Em hoje, diminui a porcentagem de paciente que não morrem.

b) Através de enunciados que provavelmente por interferência do trabalho escolar, manifestam a necessidade de uma diferenciação no verbo, embora sem a flexão correta, ocasionando estruturas inadequadas ou construídas de modo aleatório. Exemplos:

Eu gosto bom jardim Botânico.

Eu viu muito rio

Deus ver dói problema muitos são povos AIDS.

Organização sintática: a organização frasal dos surdos geralmente é curta, com poucas orações subordinadas ou coordenadas. A estrutura aplicada dependerá do contexto, alterando a ordem comum, a fim de garantir a ênfase necessária àquilo que se quer destacar. Isto se dá porque na LIBRA, embora a organização sintática básica seja SVO (sujeito - verbo - objeto), podem ocorrer variações como OSV e OVS.

O S V

Exemplo: Curitiba boa passear diferente vi.

O V S

O futebol joga Brasil.

Negação: outro aspecto referente à ordem das palavras extremamente peculiar na LIBRA, diz respeito à negação, que pode se dar, em algumas situações, ocorrendo após a forma verbal. Exemplo:

Eu quero não gosto sexo.

Nós amigos tem não AIDS.

Inúmeros seriam os exemplos ainda a serem destacados, muito embora acreditemos que o levantamento levantado seja suficiente para constatar que há um sujeito extremamente ativo em seu processo de apropriação da escrita.

CAPITULO II

METODOLOGIA

Nas práticas e métodos pedagógicos não disciplinares predominam a experimentação, a criação, a descoberta do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos lhes oferecer de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. As escolas devem ser espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas onde os alunos aprendem a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula e pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar sem tensões competitivas. Um clima solidário e participativo.

Segundo Silva (2005), para o ensino-aprendizado dos surdos são utilizados diferentes métodos a serem citados:

2.1 MÉTODO MATERNO REFLEXIVO

Foi criado pelo Dr. Van Uder, professor do Instituto Voor Doven, na Holanda na década de 40, está classificado dentro dos métodos naturais onde o

desenvolvimento da linguagem segue desenvolvendo-se como o mecanismo que ocorre com a mãe e o filho ouvinte.

Tem dois princípios fundamentais que são: o desenvolvimento da conversação espontânea, que é à base de toda a aquisição da linguagem e o processo adicional de reflexão sobre a língua utilizada na gramática.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO

- Centralizar uma conversação espontânea;
- Depositar em lições essa conversação;
- Fazer com que a criança detecte gradualmente a estrutura da linguagem;
- Treinar especificamente a fala;
- Treinar a percepção sonora.

2.3 MÉTODO “PERDONCINI”

O Método “Perdoncini” é um dos métodos que tiveram origem no método oral, fundamentado na filosofia de que o surdo tem capacidade para se comunicar através da Língua falada em seu país, sua língua materna. Entretanto difere do original.

- Privilegia a percepção auditiva amplificada e educada;
- Oferece a linguagem naturalmente;
- Incentiva o deficiente a inferir o sistema de regras que rege a língua;
- A fala se inicia por emissões naturais;
- O surdo é estimulado ao uso da língua oral de seu país.

Na primeira etapa da educação auditiva é a fase da sensação auditiva. Com todo o processo de aquisição da língua, está apoiado na educação amplificada e educada, complementada pela percepção visual, o trabalho auditivo é da maior importância.

Utilizar a própria audição funcionalmente é tão importante que poderia ser considerado um crime, o fato de ser negado ao deficiente da audição o direito de usar sua audição residual amplificada e educada, como se esta não existisse.

2.4 O MÉTODO VERBOTONAL

Método usado para desenvolver as habilidades de fala e audição de crianças e adultos portadores de surdez ou com deficiência na audição, aproveitando a sensibilidade auditiva restante (principalmente nas frequências graves) para a percepção da fala..

Criado por Peter Guverina, em 1950, na Universidade de Zagreb Iugoslávia. A base do Método é treino do cérebro para o uso de mensagem acústica para a percepção da fala, usando as áreas sensíveis da audição.

2.5 OBJETIVOS DO MÉTODO

- Desenvolver habilidades de audição e fala;
- Treinar o cérebro para usar mensagens acústicas, dando ênfase à entonação e ritmo;
- Proporcionar a fala o mais próximo do normal, através dos valores da fala (ritmo, entonação).

2.6 RITMO CORPORAL E MUSICAL

Ao utilizar o “ritmo” na reabilitação da criança surda, devemos interagir com ela de forma que possamos criar um elo fortíssimo de confiança e afeição.

Nosso corpo todo precisa falar de modo que, através de macro movimentos, consigamos extrair da criança os primeiros sons, fonemas, até chegarmos às palavras e frases.

Além de servir de emissor, o corpo serve também como receptor. Esse diálogo tônico se apresenta desde o nascimento, e até mesmo, antes disso, quando o bebê já começa a se movimentar dentro do útero materno.

Ao iniciarmos o trabalho de reabilitação da fala e da audição, estimulamos as crianças, que pararam sua fonação, a experimentarem novamente os movimentos musculares inconscientes, mecânicos, reflexos e provocamos o grito.

Gritos de prazer e de desprazer começam a fluir, ainda pequeninos, que esqueceram de utilizar o seu aparelho fonador.

A cada movimento, emitimos sons. A expressão facial acompanha a brincadeira... Nosso corpo como nosso rosto expressa o que a brincadeira sugere, alegria, susto, tristeza, raiva...

2.7 COMUNICAÇÃO TOTAL

É o nome de uma Alternativa Educacional, na área de atendimento de pessoas surdas. Nesse sentido, não deve ser entendida como se fosse um método.

Na verdade, esta alternativa se institui por pressupostos fundamentais, a partir dos quais organiza seus métodos e modos de atuação.

LIBRAS: língua brasileira de sinais. É uma língua de natural, praticada em comunidades urbanas de surdos brasileiros adultos.

2.8 ABORDAGENS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO DO SURDO

- “Não Oralista”;

- LIBRAS

A LIBRAS não pode ser estudada através do Português, porque ela tem uma gramática própria, diferente da gramática do Português.

- Alfabeto Manual

O alfabeto manual: o alfabeto manual, dactilológico ou digital é a soletração de letras com as mãos.

- Português Sinalizado

É uma língua artificial, criada por especialistas ouvintes. O Português sinalizado utiliza o vocabulário de língua de sinais, dentro da sintaxe da língua portuguesa, acompanhado de fala e expressão corpóreo-faciais.

- Pidgin

É uma mistura de duas línguas (língua de sinais e português). É quando uma pessoa domina uma língua e faz uma mistura, o que modifica a estrutura da língua de domínio para a comunicação. Nesse caso não há língua, pois não é usada corretamente a estrutura das duas.

- Mímica

Expressão do pensamento por gestos; movimentos fisionômicos, etc.... que imitam o que se quer fazer compreender por extensos movimentos do corpo e, principalmente, de rosto.

- Bilingüismo

É o uso de duas línguas, separadamente por uma pessoa. O surdo que sabe a língua e a língua de sinais.

No ensino de LIBRAS o ideal é ter como professor ou instrutor o próprio surdo adulto que tem conhecimento da língua de sinais própria da comunidade surda.

- Bimodalismo

Comunicação total:

- Língua oral
- LIBRAS
- Português Sinalizado
- Pignin
- Treinamento Auditivo
- Escrita

- Leitura
- Leitura labial
- Pantomima
- Teatro
- Dança
- Desenho, etc.

2.9 AVALIAÇÃO

Muitas são as iniciativas no cenário mundial em considerar, de forma diferenciada a avaliação de pessoas surdas, principalmente em relação à língua oficial - Língua Portuguesa.

O MEC - Ministério da Educação e do Desporto, por meio do Aviso Circular 277/94, sugere uma série de medidas que objetivam garantir o ingresso e a permanência do portador de deficiência nas instituições de ensino superior, e estabelece, entre outras ações, critérios para avaliação diferenciada de alunos surdos, ressaltando a necessidade de se considerar na língua portuguesa, o conteúdo em detrimento da forma.

Ao se deparar com um texto elaborado por uma pessoa surda, o professor deve manter uma atitude diferenciada que não parta das aparentes limitações apresentadas inicialmente, mas dar possibilidades que as especificidades dessa construção contemplem; que não busque o desvio da normalidade, mas as marcas implícitas e explícitas da diferença lingüística subjacente. Os erros que estudantes surdos cometem ao escrever o português, devem ser encarados como decorrentes da aprendizagem de uma segunda língua, ou seja o resultado da interferência da sua primeira língua e sobreposição das regras da língua que está aprendendo.

Isto significa que em diferentes estágios de sua escolarização, sua produção escrita estará sujeita a diferenciações: nas etapas iniciadas ela estará muito mais marcada pelas características da língua de sinais, nas etapas finais deste

processo, mesmo com peculiaridades, ela estará mais próxima do português. Esta construção que caracteriza uma interlíngua, percurso de aquisição de uma Segunda língua, que tem no ponto de partida sua língua natural, não pode ser desqualificado pelo professor em seu processo de avaliação.

Muitas vezes por faltar conhecimento ao professor, pode ocorrer generalização e aceitação de qualquer tipo de produção. Esta forma de avaliação, que ignora qualquer critério, é tão danosa para a educação do surdo, como as práticas tradicionais, até então desenvolvidas, desconsideravam seu conhecimento anterior como ponto de partida em sua aprendizagem.

O professor ao se deparar com estudantes surdos em sua classe deverá Ter consciência que têm diante de si um usuário de uma língua diferente da sua, que inevitavelmente estará refletida nas diferentes práticas discursivas.

Outra condição necessária para o professor é o conhecimento de LIBRAS para estabelecer a interação verbal, a partir da qual será tecido o vínculo afetivo essencial para o aprendizado escolar. Por fim concretizar, na prática, o diálogo com as diferenças respeitando as possibilidades e limitações de seu aluno, para que assim o auxilie na construção de sua identidade surda.

Segundo Lane (1992, p.103) *“a educação é o campo de batalha onde as minorias lingüísticas ganham ou perdem seus direitos”*, portanto, devemos estar atentos para que, muitas vezes, em nome da igualdade de oportunidades, em desigualdade de condições, não estejamos fomentando a assimilação e a destruição das diferenças. Nesse sentido a importância da interlíngua produzida pelos surdos, não seja ignorada pelos professores em seu processo de aprendizagem de Língua Portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo necessita de respostas às crescentes necessidades das mais variadas áreas. Cabe ao potencial humano desenvolver técnicas de superação de crises, de reorganização de algumas estruturas e a criação de elementos adaptativos.

A educação para surdos é um investimento social, uma vez que, se esse talento for estimulando e desenvolvido produtivamente gerar muito as contribuições bem benefícios da sociedade e de nome “comum”.

Todo o investimento aplicado na educação do surdo através da LIBRAS trará benefícios de reciprocidade para a escola, o aluno e a família. Se bem atendido, o surdo passará a conhecer sua natureza, potencialidade, limitações e habilidades.

A aquisição da língua de sinais é de suma importância, seus usuários podem discutir filosofia, literatura, política, cultura e identidade e utilizá-lo com função estética para fazer poesias, contar histórias, criar peças de teatro e humor.

Como toda língua, as línguas de sinais aumentam vocabulário com novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas em resposta às mudanças culturais e tecnológicas. Assim a cada necessidade surge um novo sinal e, desde que se torne aceito, será utilizado pela comunidade.

Já está comprovado cientificamente para a produção e reconhecimento para a produção e reconhecimento da linguagem: o sistema visual/auditiva e vocal

(língua orais) e o sistema motor que faz uso da anatomia visual e da anatomia da mão e do braço (língua de sinais). Essa é considerada a língua natural dos surdos, emitida através de gestos e estrutura sintática própria. As pessoas surdas utilizam o segundo sistema para a aquisição da linguagem. É natural das crianças surdas criar e desenvolver alguma forma de linguagem, mesmo não conhecendo nenhuma língua de sinais. Essas crianças desenvolvem espontaneamente um sistema de gesticulação manual que tem semelhança com outro sistema desenvolvido por outros surdos que nunca tiveram contato entre si.

Um dos grandes desafios áreas pesquisadores e professores de surdos é de superar as muitas dificuldades apresentadas no aprendizado e uso de língua, orais como é o caso da língua portuguesa. Sabe-se que, quanto mais cedo tenha sido privado de audição e quanto mais profundo for o comprometimento, maiores serão essas dificuldades.

Segundo Fernandes (1990) a grande maioria das pessoas surdas, já escolarizadas, continua demonstrando dificuldades nos níveis fonológico e morfossintático, como nos níveis semânticos e pragmático.

Faz-se necessário, a utilização de alternativas de comunicação que possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o movimento.

Pode-se concluir que o portador de surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente, que tenha suas necessidades especiais supridas pela Linguagem Não Verbal “Libras”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A educação dos surdos**. Organizado por Giuseppe Rinaldi et. Al. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Organizado por Lucinda F. Brito et. Al. Brasília: SEESP, 1998. Vol. III. Série Atualidades Pedagógicas n. 4

CENTRO Educacional para Deficientes Auditivos. **Linguagem de sinais do Brasil**. Porto Alegre, Ed. Hoemann Dates Hoemann, 1983.

FERNANDES, Eulália. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: AGIR, 1990.

FERNANDES, Sueli. **Surdez e linguagens**: é possível o diálogo entre as diferenças? Curitiba: UFPR, 1998. (Dissertação Mestrado em Lingüística).

FREIRE, P., **A importância do ato de ler**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

POSSARI, Lúcia Helena Vendrúscu. **Linguagem**. São Paulo: Corde, 1980. vol. 1.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SELVA, Scuole e Metodinella. **Pedagogia Degli Anacusici, Collana Effeta**. Bologna, 1973. vol 1.

SILVA, Leonardo Cunha da. **Trabalho sobre a deficiência auditiva**. Disponível em: http://www.lerparaver.com/leonardo_deficiencia_auditiva.html. Acessado em: 12, dez. 2005.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **Pedagogia (improvável) da diferença; e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.